

## **Entre chegadas e partidas: do Projeto Alternativas ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Brasil, década de 1980)**

**Between arrivals and departures: from the Alternatives Project to the National Movement of Street Boys and Girls (Brazil, 1980s)**

Humberto Silva Miranda\*

**Resumo:** Na década de 1970, o Brasil e outros países da América Latina vivenciaram o intenso crescimento urbano e das desigualdades sociais. A partir do cenário de violação de direitos, a Igreja Católica, organizaram-se politicamente para produzir ações assistenciais de atendimento em relação as crianças em situação de rua. Nesse processo, foi criada a Pastoral do Menor e outras organizações que questionavam a cultura filantrópica e caritativa, na qual fundamentavam as legislações e políticas vigentes. Diante das pressões sociais, Secretaria de Ação Social (SAS), a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem) e o Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), desenvolveram diferentes ações, entre elas o *Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua*. Este artigo objetiva analisar a atuação do Projeto Alternativas e sua relação com do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, colocando em tela um problema social historicamente produzido e as novas subjetividades em relação às crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Crianças. Rua. Movimentos Sociais

**Abstract:** In the 1970s, Brazil and other Latin American countries have experienced intense urban growth and social inequalities. Based on the scenario of violation of rights, the Catholic Church organized themselves politically to produce assistance actions in relation to street children. In the process, the Pastoral do Menor and other organizations that questioned the philanthropic and charitable culture were created, on which the current laws and policies were based. In the face of social pressure, Secretariat of Social Action (SAS) and the National Foundation for the Welfare of Minors (Funabem) and the United

---

\* Doutor em História (UFPE). Departamento de Educação e Programa de Pós-Graduação em História Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da UFRPE. Vice Coordenador do GT História da Infância e Juventude (ANPUH-Brasil)

Nations Children's Fund (Unicef) developed different actions, among them the Alternative Care Project for Street Children. This article aims to analyze the performance of the Alternativas Project and its relationship with the National Movement of Street Boys and Girls, putting on screen a social problem historically produced and the new subjectivities in relation to children and adolescents.

**Keywords:** Children. Street. Social Movements

### **Quando um procurador da justiça “golpeou e matou” um menino: os sujeitos da História, o cenário e o tempo...**

Há dois anos, um dos meninos de rua que vendia cartões diante da catedral, na Praça da Sé, em São Paulo, esse garoto, que supostamente teria roubado um cordão, foi agarrado por um Procurador do Estado, que o golpeou e o matou. É interessante perceber que esse menino, que era acompanhado pela Pastoral do Menor, foi assassinado diante da mais famosa Escola de Direito do Brasil, a de São Francisco, à qual os estudantes de direito chamaram de território livre de São Francisco, na véspera da Declaração Universal do Homem, no dia 9 de dezembro, por um procurador, um advogado, aquele que deveria ser seu defensor (LANCELOTTI, 1987, p. 48).

Ao retratar o cotidiano de crianças e adolescentes que viviam em situação de rua na cidade de São Paulo, o Padre Júlio Lancelotti narrou cenas da violência praticada contra um menino que, assim como outros, apropriaram-se da Praça localizada em frente da Catedral da Sé para comercializar os mais diferentes produtos, mendigar ou até cometer atos considerados infracionais à luz das legislações vigentes. O relato, com um tom denunciador, narrou demarcadamente o cenário da violência praticada, além de chamar atenção para data simbólica do fato: o dia internacionalmente dedicado à *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A Declaração foi assinada no 10 de dezembro de 1948. Sobre a Declaração dos Direitos Humanos ver: HUNT, LYNN. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Segundo o relato, a violência foi marcada por um golpe que se desdobrou na morte do menino que “supostamente” tinha “roubado uma carteira”. De acordo com a narrativa, o personagem que praticou o golpe fatal era um homem adulto, que atuava como procurador, ou seja, agente da “justiça”. Neste sentido, Lancelotti colocou em tela a relação “de quem deveria ser protegido” e “de quem deveria proteger”.

O cenário foi a histórica Igreja da Sé, um espaço marcado por diferentes vivências religiosas e políticas. O Padre ainda ressaltava a sua proximidade com o Largo de São Francisco e com uma das faculdades de direito mais antigas do Brasil. Em seu discurso, o lugar foi projetado como espaço de contradições sociais, onde se colocou imagens da dicotomia entre a fé e o direito, o crime e a justiça, a vida e a morte,

Sobre a dimensão do tempo/calendário – o dia da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* – destaco ainda a estratégia argumentativa do Padre Lancelotti. Trazer para a narrativa a *Declaração Universal*, chamando atenção que a violência praticada contra uma criança acontecia “no dia” da celebração de um documento que representa uma conquista histórica no campo das mobilizações em defesa da dignidade humana, tornou a denúncia ainda mais potente e mobilizadora, provocando a fissura da própria efetividade da *Declaração*.

A narrativa do Padre Lancelotti foi publicada no *Informe Final da Consulta Alternativas de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua* organizado pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI) em parceria com o Fundo da Nações Unidas para Infância (Unicef). O *Informe* apresenta a síntese da reunião/consulta de ações produzidas por diferentes instituições brasileiras e latino-americanas que atuavam no atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua.

A atividade promovida pelo CLAI aconteceu na Hospedagem da Igreja Metodista, em São Paulo, entre os dias 3 e 5 de outubro de 1985. No evento, também estavam presentes o Padre Bruno Secchi, da *República do Pequeno Vendedor*, de Belém – capital do estado do Pará –, além de outros religiosos, o que sinaliza a participação expressiva de setores da Igreja em mobilizações pró-direitos da criança. Além dos padres, participaram leigos e profissionais de

diferentes estados brasileiros, esses, somados a representantes da Argentina, Uruguai e Paraguai. Ressalta-se que participação de outros países lança luz para o problema de crianças em situação de rua no Brasil também era vivido (e ainda é) em outros países da América Latina.

O cenário político latino-americano na década de 1980, marcado por mobilizações em torno da democracia, dos direitos humanos e da cidadania, refletia diretamente as tensões sociais entre os setores progressistas da Igreja Católica e os Regime Ditatorial. Ao analisar esse cenário político e social deste período, o historiador Eder Sader afirma que foi nesse momento que “novos personagens entraram em cena” na História dos movimentos sociais urbanos no Brasil. Os religiosos e religiosas progressistas, além de leigos engajados, encontram-se nas chamadas *Comunidades Eclesiais de Base – CEBs*, que se constituíram em grupos de “fé e política”, mobilizados pela justiça sociais e econômicas (SADER, 1988).<sup>2</sup>

O Padre Júlio Lancelotti e Bruno Sechi pertenciam aos grupos progressistas e que também criticavam a perspectiva das práticas de repressão e punição que demarcavam a atuação do Estado e, mais notadamente, as formas de violência que negavam as possibilidades de crianças vivenciarem suas infâncias. Inclusive, ao analisar o relato do Padre Júlio Lancelotti, busquei produzir conexões com a sua participação na Pastoral do Menor. De acordo com as pesquisas de Geovanio Edervaldo Rossato:

A Pastoral do Menor foi, sem dúvida alguma, a instituição que mais disseminou o uso do termo Meninos de Rua, que, popularizado durante os anos de 1980, levou ao conhecimento público as reais condições de marginalização do chamado menor; com isso, gerou a principal base para que o termo Menino de Rua se firmasse e prevalecesse como nova categoria de análise (ROSSATO, 2008, p. 22).

A Pastoral do Menor fazia parte das organizações que integravam a chamada “sociedade civil organizada”<sup>3</sup> no período, reivindicando

---

<sup>2</sup> Sobre as Comunidades Eclesiais de Base ver: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo - 1970/1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>3</sup> Sobre sociedade civil organizada ver: BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Editora graal: Rio de Janeiro: 1982.

sistematicamente mudanças nas políticas e legislações voltadas para crianças e adolescentes. Ao analisarmos a atuação de religiosos em movimentos sociais que questionavam o governo vigente e suas artes de “governar as crianças”.

Tais reivindicações também questionavam da cultura colonial caritativa, que marcou a atuação da Igreja no plano da assistência às crianças abandonadas. No documento assinado pela CLAI, encontra-se o registro pelo qual o movimento deveria se motivar:

Pelo amor de Jesus Cristo e não por ação social da Igreja. Estamos interessados em viver e praticar diaconia em sentido bíblico e não uma ação social eclesial. Não há meio termo, temos que dar corpo e alma (CLAI, 1987, p. 139-140).

A expressão “praticar a diaconia” publicada no *Informe Final da Consulta Alternativas de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua* representava o compromisso com a chamada “justiça social” e questionava a perspectiva caritativa que marcava a atuação da Igreja desde o período colonial desafiando, com isso, o poder pastoral que marcava as práticas assistencialistas.

O estudo de Cleisa Moreno Maffei Rosa, Alderon Pereira da Costa e Arlindo Pereira Dias confirma a contribuição efetiva da ala progressista da Igreja Católica para as mudanças das políticas da população de rua, ao trazer a Conferência Latino-Americana de Puebla, de 1979. Nela, o discurso da “opção preferencial pelos pobres” foi defendido pelo cardeal Arns e os bispos auxiliares. Essa apresentação é um relevante documento histórico por retratar o cenário político da cidade de São Paulo em relação à população de rua (ROSA et al. 2005).

O movimento liderado pela Igreja – no Brasil e na América Latina – apresentava-se como tentativa de romper com a caridade e com o próprio assistencialismo filantrópico que marca práticas de assistência a crianças e adolescentes no Brasil no século XX. Ao conceituar a filantropia, a historiadora Maria Luiza Marcílio afirma que:

A filantropia visava preparar a criança pobre e a abandonada para o mundo do trabalho. Mas buscava também valorizar a família para prevenir a ociosidade, a prostituição, a mendicância, o crime, o abandono do menor, a criança na rua. Com isso, estaria

domesticando e controlando as ‘classes perigosas’. A proposta era: assistir para prevenir. Não sendo possível, entrava a correção, que seria exercida pela repressão rigorosa, auxiliada pela polícia. Para filantropia, o Estado deveria participar da assistência e da proteção à infância abandonada e transgressora; mas a ação maior deveria ser do particular (MARCÍLIO, 2006, p. 208).

A reflexão de Marcílio me faz refletir que a filantropia também trazia consigo marcas do sentimento religioso da caridade, quando setores conservadores da Igreja também não deixaram de praticar suas ações assistenciais. A própria expressão “filantropia caritativa” (que demarca uma das fases da filantropia) foi produzida para entender a relação entre Igreja e Estado, que pode ser traduzida por “servir para prevenir” ou “servir para salvar”.

Importante destacar que os governos militares buscavam reproduzir ações assistencialistas em parcerias com seguimentos religiosos conservadores, que por sua vez não deixou de atuar no campo do atendimento direto ou gestão da Funabem e das respectivas instâncias estaduais, as Febem’s.<sup>4</sup> A Pastoral do Menor é projetada a partir da crítica à cultura punitivista, que marca a atuação da Febem em parceria com a polícia, logo, das ações mais conservadoras eclesiais.

Ressalta-se que até o surgimento de mobilizações produzidas por religiosos progressistas, mais notadamente a partir da Pastoral do Menor, denunciavam as ações policiais de repressão e higienização do espaço urbano, onde as crianças e os adolescentes eram tratados como objetos da intervenção do Estado provedor, que buscava produzir ações normativas disciplinarizadora em relação aos meninos e meninas. A presença de leigos engajados (católicos praticantes), que contribuíam de forma significativa nas ações educativas voltadas para o atendimento à meninos e meninas em situação de rua.

É neste cenário de tensões que surge ações dos órgãos governamentais e iniciativas do Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), que passaram a executar programas e projetos voltados para crianças e adolescentes em situação de rua. Os discursos sinalizam uma tentativa de rompimento com tais ideias caritativas e punitivas, sendo, portanto, proferido pelos próprios agentes públicos

---

<sup>4</sup> Sobre a Funabem e as instancias estaduais, ver: MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985)**. 2014. 348f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

que buscaram produzir um projeto voltado para as “alternativas de atendimento” para os meninos e meninas. Mas, que Projeto era esse e quais as alternativas eram apresentadas?

### **Da filantropia caritativa aos direitos de crianças e adolescentes: as organizações sociais, a Unicef e os governos chefiados por militares**

No início da década de 1980, o Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), em parceria com Secretaria de Ação Social (SAS) e a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), implantaram o *Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua*. A proposta tinha a função de mobilizar instituições governamentais e não governamentais que atuavam diretamente na assistência a crianças e adolescentes em situação de rua.

Em outubro de 1984, o Projeto organizou *I Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para Meninos em Situação de Rua* foi realizado, em Brasília, contando com a participação de representantes do México, Argentina e de outros países do Caribe. Esse Seminário teve um caráter técnico e se voltou para questões metodológicas referentes ao atendimento prestado a crianças e adolescentes em situação de rua.

Destaca-se também, que para a versão do Seminário internacional foi inserido o termo “comunitário” e de acordo com os idealizadores do evento tal escolha não foi aleatória, uma vez que representava uma forma de aproximação com as ideias comunitárias defendidas pelos “Igreja Popular”. Penso que tal aproximação como estratégia dos idealizadores do Projeto Alternativas para se aproximar do universo discursivo dos movimentos organizados pelas Comunidades Eclesiais de Base.

A gramática da organização não governamental dialogava com a própria ideia de rua defendidas dos educadores sociais – entre eles leigos e não católicos -, na qual o espaço era também um lugar de viver direitos e não de repressão e punição. A rua era o espaço de trabalho educativo, logo, não poderia ser concebida como um mero espaço de circulação de pessoas” e sim como de “vivência comunitária” (CLAI, 1987).

Conforme os relatos do *I Seminário*, o evento teve como principal objetivo mobilizar gestões de projetos e educadores sociais com a finalidade de construir diretrizes para esse tipo de atendimento. Por meio da leitura de documentos, a ideia de mobilização em tela esteve sintonizada com a possibilidade de produzir uma rede social para além das fronteiras, e o fio que interligava a rede era o atendimento das crianças em situação de rua, demonstrando que o referido problema social era continental.

O Unicef atuava no país desde 1950, quando inaugurou em João Pessoa o seu primeiro escritório com o objetivo promover ações no campo da saúde e da pobreza de crianças.<sup>5</sup> De acordo com os estudos da historiadora Silvia Maria Fávero Arend, o Unicef foi um dos responsáveis para que os “debates realizados no campo jurídico internacional” sobre os direitos da criança e do adolescente ecoassem no Brasil. Ao analisar a questão da pobreza e das políticas de assistência no país, Arend afirma que:

Desde o início do século XX, filhos e filhas das famílias pobres foram considerados um problema social no Brasil. Todavia, em alguns momentos históricos esta questão adquiriu maior vulto e novos contornos. A sociedade brasileira, na década de 1970, passava por um intenso processo de urbanização. Populações oriundas de cidades pequenas e da zona rural migravam para os centros urbanos de médio e grande porte em busca de melhores condições de vida, entendidas, sobretudo, como possibilidade de acesso a um trabalho, mobilidade social e consumo moderno (AREND, 2015, p. 7).

A relação entre o Unicef e os governos militares se produziu antes do *Projeto Alternativas*. Tomando como base os estudos do historiador Daniel Boeira, em 1972 o presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), o médico Mário Altenfelder, em artigo publicado na *Assignment of Children* – revista editada pela Unicef –, o Plano da Prevenção da Marginalização tinha apoio de organismos internacionais. De acordo com Boeira:

---

<sup>5</sup> Mais notadamente com o surgimento da Política Nacional do Bem-Estar do Menor implantada a partir do Golpe Civil-Militar de 1964. Ver: MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas** (Pernambuco / 1964-1985). 2014. 348f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

O gestor público abordou, no artigo, os contornos de um “plano experimental” que era apoiado por um convênio celebrado entre a Funabem e o Unicef. Esse plano ia ao encontro das propostas do I PND e fora intitulado de “Plano da Prevenção da Marginalização”. Inserir-se no contexto de atividades da Funabem, pois, para alcançar seus objetivos, utilizava as várias técnicas e métodos de ação comunitária. Conforme relatou Altenfelder, na ação do plano de prevenção de marginalização vamos encontrar sempre “professores, jovens estudantes, membros de comunidades ricas ou pobres, entidades estatais e privadas que possam e queiram cooperar” (BOEIRA, 2018, p. 180).

O Unicef colaborava com as ações da Funabem e registrava nas suas publicações o apoio aos seus projetos. O Programa Alternativas representava mais uma parceria que, por sua vez, não executava diretamente o atendimento à população infanto-juvenil, mas buscava garantir mecanismos de fortalecimento a partir de incentivos a organizações que executavam as mais diferentes propostas voltadas para meninos e meninas em situação de rua. A prática de acompanhar e/ou monitorar se apresentava como uma forma de controle do organismo internacional em parceria com os governos militares.

No decorrer da pesquisa encontrei documentos que registram a atuação do Unicef no campo do atendimento das crianças em situação de rua. Em 1983, a instituição lança o Programa Regional do Menino Abandonado e Rua com o objetivo de apoiar ações do “governo, da Igreja, as instituições privadas e a comunidade na busca e consolidação de alternativas de resgate e promoção dessas crianças” (UNICEF, 1989, p. 7). De acordo com os relatórios, o apoio se dava na assessoria técnica e no financiamento de ações<sup>6</sup>.

O encontro com a documentação produzido pelo Projeto Alternativas possibilitou a análise de como setores da sociedade brasileira passaram a perceber a questão das crianças e adolescentes em situação de rua. De acordo com as pesquisas de antropóloga Maria Filomena Gregori, foi a partir da década de 1970 “uma nova explicação sobre as causas do abandono”, quando a justificativa da moral foi substituída para a condição das desigualdades sociais, quando se

---

<sup>6</sup> Na década de 1990, o Unicef promove apoio a produção de pesquisa sobre o problema das crianças e adolescentes em situação de rua, entre elas o projeto *Deserdados da sociedade: os ‘meninos de rua na América Latina*, executado pela Universidade Santa Úrsula e coordenado pela pesquisadora Irene Rizzini. Nesta pesquisa, Rizzini elaborou um banco de dados sobre as produções acadêmicas voltadas para a questão do público infanto-juvenil em situação de rua.

produziu o discurso de “situação estrutural de marginalidade” Gregori, 2000, p. 65).

Analisar as estratégias de mobilização do Unicef, Funabem e da SAS se baseiam nas mudanças sociais produzidas neste momento sócio-histórico (1970-1980), marcado pelas tensões sociais provocadas por diferentes seguimentos sociais, que defendiam diferentes concepções de crianças que viviam em situação de abandono. Inclusive, é neste processo que o próprio termo “menor de rua” passa a ser questionada, quando a expressão “menino de rua” passa ser praticada nos discursos produzidos pelos educadores sociais que atuavam neste campo assistencial.

Importante destacar que as instituições assistenciais mobilizadas para participar do Projeto Alternativas possuíam diferentes perfis e pertenciam a comunidades religiosas ou seculares e com diferentes níveis de escolaridade, que desenvolviam ações caritativas e filantrópicas na assistência a crianças e adolescentes que vivenciaram diferentes formas de abandono. Entre elas, também fazia parte das instituições órgãos governamentais, mais notadamente os representantes das Febem's, que representavam instâncias estaduais da Funabem. (UNICEF et al. 1987).

Os relatórios produzidos pelo Programa circularam nacionalmente e tinham o propósito de demarcar as suas finalidades colocando em tela duas preocupações centrais: primeiro, a busca pela definição de quem é o chamado menino de rua, e, segundo, de orientar educadores sociais no atendimento. Neles, encontram-se indicações metodológicas do trabalho social com meninos e meninas baseadas na perspectiva professoral de “como se colocar diante da criança”.

O documento passa a denominar esses agentes como “educadores sociais de rua” que deveriam ter o conhecimento do “que deve fazer” e como “deve fazer” tais agentes. O relatório utiliza a expressão “ingrediente” para apresentar alternativas no atendimento individual e coletivo, como: “identificação legal”, “aliança com grupos” e “movimentos fortes na comunidade”. O termo “ingrediente” remete à ideia de receita na qual o Projeto Alternativas passava a produzir na busca de um “educador de rua ideal” (UNICEF et al. p. 14, 1987).

A partir do discurso dos idealizadores do Projeto Alternativas percebo a preocupação de guiar, de conduzir o trabalho de educadores trazendo consigo nuances de um “poder pastoral” sobre a vida de meninos e meninas. Historicamente, o poder pastoral marcava uma arte de governar e de cuidar de pessoas com a finalidade de salvar a vida e a alma conduzindo, dessa forma, a “ovelha” para os caminhos determinados pelo “bom pastor” que governava suas vidas. Isto é: de um “poder disciplinar” que buscava atuar sobre a vida das “crianças, [d]os escolares, [d]os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a sua existência” (FOUCAULT, 1993, p. 31-32).

Nesse sentido, destaca-se que a expressão “educador social de rua” era recorrentemente utilizada pelos idealizadores do Projetos Alternativas, que na tentativa de produzir enquadramentos, passaram a produzir uma expressão voltada para esses agentes sociais que até então eram chamados de “educadores de rua”. A partir da documentação pesquisada, percebe-se as estratégias do Projeto Alternativas criar uma identidade social voltadas pelos agentes.

De acordo com os estudos de Maria Stela Graciani, os “educadores sociais de rua” nascem dos movimentos populares dos anos de 1980, que buscaram produzir uma “pedagogia” a partir de uma dimensão social dos “novos direitos”, quando diferentes formas de abordagem, de didática, de socialização do “conhecimento”, passaram a ser vivenciados no cenário das ruas, no Brasil e nos países da América Latina. Para Graciani, o crescimento da população urbana, marcada pelas desigualdades fez surgir “novos sujeitos”, entre eles os educadores sociais de rua” (GRACIANI, 2009)

Na tentativa de “normatizar” o saber-fazer dos educadores sociais, o Projeto Alternativas propôs produzir uma regulamentação das suas ações, marcadas por parâmetros de atendimento aos meninos e meninas de rua.

Os “ingredientes” da receita sinalizam para uma disciplinarização das práticas pedagógicas, a partir de um “guia” de procedimentos. Na obra “Em defesa da Sociedade”, Michel Foucault entende que é nas “sociedades da normalização”, que a norma é praticada como uma forma de disciplinar indivíduos (polo do corpo) e coletivos (polo da população), onde se constrói uma “tecnologia de disciplina” voltada para regulamentar as condutas. Nesse processo

e construção de um “biopoder” que se fabrica as uma tentativa de “organização sobre a vida”, um “saber-poder sobre a vida” das pessoas e da população (FOUCAULT, 2010, p.213)

Na busca do “educador de rua ideal”, o Projeto fomentou a ideia de produzir um perfil do “menino de rua” caracterizando-o como “forte” e “astuto dentro do seu próprio meio”. Esse processo de designação trouxe questões complexas em relação a produção de um perfil quando demarcações passaram a ser produzidas afirmando que o “menino de rua”:

- 1) “É prematuramente adulto e busca meios de sobreviver na rua como consequência de um sistema social que os marginaliza”;
- 2) “Tem atitude defensiva frente às pessoas, como resposta ao maltrato físico de que é objeto”;
- 3) “Satisfaz suas necessidades básicas e reais na própria rua e com o seu grupo de pares, dorme e trabalha”;
- 4) “Abandona os estudos”;
- 5) “Desenvolve habilidades especiais que lhe permite sobreviver”;
- 6) “É produto da carência de afeto familiar e social o que influi negativamente no seu crescimento harmônico e integral” (UNICEF et al. p. 11, 1985).

Em relação aos meninos e meninas, posso afirmar que a atuação do Projeto Alternativas também foi marcada por esta tentativa de produzir características e classificações, desdobrando-se em uma forma de enquadrar esses agentes sociais em um determinado e determinante perfil social. Destaca-se a ideia do menino como um “produto da carência” e como “consequência do sistema”. Um contraponto se constrói ao afirmar que os mesmos produzem nas ruas habilidades de sobrevivência e que têm atitudes defensivas frente ao “maltrato físico”.

A partir de uma perspectiva determinista e homogeneizadora, a autoria do Relatório construiu imagens e representações sobre meninos e meninas almejando defender a ideia de um “crescimento harmônico e integral”, ou seja, de um crescimento ideal. O Projeto Alternativas, assim, (re)produz demarcações do cotidiano, do convívio social, das táticas de sobrevivência a partir de uma imagem idealizada de meninos e meninas.

Destaco que o Relatório também ressaltou que “há uma nítida demarcação entre menino e menina de rua”, afirmando que “são duas realidades distintas embora vítimas e produtos de uma mesma situação nacional”. Sobre as meninas:

A problemática da menina de rua é muito grave por sua dupla condição de abandono e de ser mulher. Na rua ela está mais exposta sofrendo consequências de como se situa o papel da mulher na sociedade. Na família é rechaçada e o serviço doméstico não é valorizado como trabalho. Além disso ela sofre consequências de maternidade prematura, do abandono e da prostituição (UNICEF et al. 1985, p. 11-12).

A preocupação em demarcar a diferença no atendimento de meninos e meninas merece ser ressaltada na análise, uma vez que se encontra em consonância com as reivindicações dos movimentos sociais que passaram a atuar na reivindicação pelos direitos das meninas. Penso que este destaque nos relatórios do Projeto Alternativas deve ser analisado a partir do momento histórico, vivido pela sociedade brasileira nas décadas de 1970 e de 1980, quando os movimentos pelos direitos das mulheres ganham visibilidade e passam a interferir na produção de dispositivos legais e nas políticas públicas.<sup>7</sup>

Considero que, ao trazer para o campo de debate a questão do atendimento diferencial aos meninos e meninas, o Projeto Alternativas passou a contribuir com o debate de gênero na política de atendimento aos meninos e meninas em situação de rua. Este bate vai ganhar força no decorrer das décadas seguintes, quando algumas organizações não governamentais passaram a promover o atendimento de meninas a partir das abordagens sociais de rua.<sup>8</sup>

Outro documento produzido pelos idealizadores do Projeto Alternativas, intitulado *Observações iniciais sobre Programas de atendimento a meninos de Rua*, refere-se à sistematização do primeiro e do segundo seminários realizados pelo projeto. O documento possui o caráter de relatar as ações dos programas e de demarcar os “Princípios gerais baseados nas características do menino de rua”. Nele, é reiterado o objetivo de caracterizar os “meninos de rua”, afirmando que:

---

<sup>7</sup> Sobre o movimento das mulheres e movimento feminista ver: Pedro, Joana Maria. **O feminismo de “Segunda Onda”**. In: PINSKY, C. & PEDRO, Joana Maria. Nova História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. 63 – 83.

<sup>8</sup> No final da década de 1980, algumas organizações foram criadas com o objetivo de promover o atendimento exclusivo de meninas. Em Recife, a Casa de Passagem foi uma das instituições que iniciaram esses trabalhos (MIRANDA, 2014).

O menino de rua, pela sua capacidade de sobrevivência está caracterizado como personalidade forte mesmo tendo o corpo franzino. Qualquer programa em favor dele tem que considerar sua personalidade independente e às vezes de grande líder, estimulá-los e não reprimi-los (UNICEF et al. 1987, p. 4).

Para os idealizadores do *Projeto Alternativas*, torna-se importante problematizar como o conceito de “menino de rua” foi produzido no sentido de “caracterizar” a criança e o adolescente em situação de rua. Essa prática de caracterizar, classificar, enquadrar as crianças pobres, e algumas em situação de abandono, foi uma das grandes marcas da atuação daqueles que operavam com o Código de Menores. De acordo com a antropóloga Adriana Vianna (1999), os “enquadramentos” implicavam diretamente na tentativa de reconhecer as práticas sociais, as motivações sociais e as formas dos meninos se relacionarem com o mundo. Para Vianna, a prática de caracterizar reproduzia uma estratégia de poder voltada para o controle dos meninos e das meninas.

A partir das leituras dos documentos produzidos pelo *Projeto Alternativas*, percebo a tentativa de produzir “enquadramentos” que atuavam no sentido de apreender a vida de meninos e meninas em situação de rua. Para Judith Butler (2017), essas práticas que podem ser percebidas como “operações de poder” produzem normas que emolduram vidas nas suas precariedades. O enquadramento perpassava pelas sucessivas tentativas de perguntar e responder sobre o perfil do chamado “menino de rua”.

E nesse processo, o enquadramento era realizado no sentido de produzir um reconhecimento de quem era o menino e quem e como deveria se cuidar dele. Na tentativa de emoldurá-los, o “objeto menino” ou “objeto educador” deveria ser classificado, categorizado e normatizado.

## **Das Alternativas de Atendimento ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua**

No processo de parceria entre o Unicef com as instituições governamentais, o Projeto Alternativas buscava cada vez mais atuar no campo da produção de saberes sobre o atendimento das crianças e de produção de metodologias, inclusive, a própria mobilização chegou ser nomeada pela Funabem como “aprender com que está fazendo”, ou seja, aprender com as instituições religiosas progressistas, com as organizações não governamentais. A própria Funabem reconhecia que o objetivo do projeto era de:

Aglutinar os programas que lidavam com meninos de rua, proporcionando-lhes oportunidade de se desenvolverem através da realização de troca de experiências, encontros, seminários, estágios e discussão dos temas fundamentais para o atendimento a essas crianças: as políticas sociais básicas, o trabalho da criança, geração de renda, escola alternativa (FUNABEM, 1989, p. 3).

Os números apresentados pela Funabem registram que mais de 400 programas participaram do Projeto Alternativas e que os meninos e meninas atendidas por essas instituições viviam em condições de “falta de empregos, baixos salários, déficit habitacional, carência de escolas, precariedade de atendimento de saúde, deficiência alimentar, falta de infraestrutura básica (água, esgoto, luz, escassez de transporte)” (FUNABEM, 1989, p. 3). Ao produzir o mapa situacional das crianças e adolescentes atendidos, a Funabem afirmava o cenário de desigualdade social, política e econômica vivida por eles.

Em outubro de 1985, o Projeto Alternativas promoveu um encontro de Paulo Freire com os educadores sociais de rua. Esse encontro gerou um texto reflexivo sobre as práticas educativas nas ruas, sendo posteriormente publicado pelo Unicef. Nele, encontra-se uma fonte histórica, que, para além da reunião em si, registra como o pensador da educação buscou refletir sobre o cotidiano dos educadores e suas relações com os meninos e meninas, chamados por Freire de educandos.

O texto teve como objetivo tratar das práticas cotidianas dos educadores. Contudo, percebe-se logo no início que o documento e a tônica do encontro foram marcados pela preocupação de “pensar as práticas”, colocando no centro do debate a questão do menino ou “do menino enquanto corpo, que se reconhece em

permanente experiência de sofrimento e não de consciência do próprio corpo” (FREIRE, 1989, p. 11).

Diferentes das primeiras publicações analisadas, o texto de Freire abordou o tema das práticas educativas para além dos “enquadramentos”, trazendo a ideia de que a “prática gera diferentes saberes” e que tais saberes são produzidos na “cotidianeidade”, marcadas pela relação entre autoridade e liberdade. Por fim, o pensador defendia a ideia do humanismo como fundamento para aqueles que “querem mudar o mundo” e do ir para rua era um ato político.

Nesse mesmo ano, o Projeto Alternativas promoveu mais um encontro de mobilização, chamado *Encontro Nacional de Grupos Focais*. De 13 a 16 de dezembro de 1985, reuniram-se em Brasília os gestores e educadores sociais com o objetivo de “discutir o fortalecimento daquilo que já na prática se constituía num amplo Movimento pró-movimentos de rua”. Os grupos focais eram formados nos estados por lideranças e pessoas que atuavam em ações educativas voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua.

Considerando a reunião de Paulo Freire como um marco para o Projeto Alternativas, não pelo seus fundamentos humanistas, mas pela tentativa do pensador de promover um encontro com o “(des)enquadramento”. Percebe-se como esse ato provocou uma fissura com o discurso oficial, que partia de um saber pastoral sobre o governo das crianças e dos adolescente, mesmo buscando se desatrelar das práticas políticas caritativas historicamente produzidas.

Em junho de 1985, em Brasília, no encontro dos grupos focais foi articulado, então, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Foi da mobilização do Projeto Alternativas que se firmou uma mobilização baseada nos princípios da autonomia dos movimentos sociais, fortemente praticada no cenário de redemocratização política na década de 1980. Foi nesse encontro, promovido pelo Unicef/SAS/Funabem, que os gestores e educadores sociais decidiram criar um movimento em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, autônomo do Projeto Alternativas.

Ressalta-se que o processo de criação de um movimento social desatrelado dos seguimentos governamentais também foi marcado por tensões políticas. A documentação pesquisada, descortina como foram produzidas as relações entre as organizações da sociedade civil e órgãos governamentais, quando as

divergências e dissonâncias. Em seu relato produzido no *Seminário do Conselho Latino-Americano de Igrejas*, Padre Júlio Lancelotti afirma que a relação entre as organizações sociais (entre eles a Igreja progressista) e os setores governamentais são marcados por muitas divergências políticas. De acordo com Lancelotti:

Hoje é comum que os órgãos públicos oficiais falem da defesa dos pobres, dos direitos humanos, massa sua prática a sua prática continua tão velha quanto a anterior. Esse tem sido um grande desafio para nós (LANCELOTTI, 1987, p.47)

O “nós” para o Padre Júlio era esta sociedade civil organizada, que mesmo reconhecendo a tentativa dos órgãos oficiais se voltarem para questão da criança em situação de rua a partir de um discurso baseado na perspectiva dos direitos humanos, reproduziam práticas conservadoras. A avaliação do religioso é marcada por uma crítica na forma como as políticas de atendimento eram praticadas, apontando que o discurso dos órgãos públicos se apropriavam do discurso dos integrantes das organizações não governamentais.

Padre Bruno Secchi, representante da *República dos Pequeno Vendedor*, afirmava no mesmo Seminário, que o mais importante para ele e para os educadores sociais de rua, é perceber que o trabalho produzido pelos meninos era para sua sobrevivência, onde eles viviam “limpando carros, vendendo sacolas e sacos, engraxando sapatos, fazendo muitas atividades, fruto da sua criatividade no milagre da sobrevivência” (SECCHI, 1987, p. 53)

Ao trazer a experiência de Belém, o Padre Bruno fez articulações com outras experiências da América Latina, mais notadamente em Bogotá, na Colômbia, onde afirmava que lá a prefeitura buscou produzir um canal de diálogo com os meninos em situação de rua. Para o religioso, a preocupação deveria se concentrar na forma de abordagem, na relação de confiança e principalmente na transformação da vida dos meninos e meninas.

Importante problematizar que, diferente da mobilização produzida pelo Alternativas, a “articulação” produzida pelos gestores e educadores sociais possuía um caráter de organização política como a “identidade de movimento social”. Para alguns idealizadores do movimento, o evento promovido pela

Unicef/SAS/Funabem, “constitui-se numa verdadeira Assembleia [sic] Nacional do Movimento em que se traçaram, a partir das práticas existentes a nível local, as diretrizes gerais que definem a própria identidade do Movimento” (MNMMR, 1994, p. 14).

De acordo com o documento *Trajétoria da luta em defesa da criança e do adolescente* (1994, p. 14) produzido pelo Movimento, naquele evento realizado em Brasília foram “traçadas as diretrizes de ação para a sua constituição oficial” e “eleita uma Comissão Nacional composta por dez educadores/agentes (dois por cada região geográfica do país), com mandato provisório de um ano”. O movimento passou a reunir as entidades não governamentais da sociedade civil, contando com a presença de organizações religiosas e seculares, sendo oficialmente constituído no ano de 1986.

Importante destacar a prática articuladora dos gestores e educadores sociais que mesmo dentro da estrutura promovida pelo Unicef/SAS/Funabem buscaram construir outra “alternativa” para a política nacional das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Contudo, para além da mobilização institucional, o Movimento nasceu do questionamento das ações da própria Funabem, no entanto, faz-se importante afirmar que a própria Funabem reconhecia o potencial articulador, o caráter autônomo e dimensão de atuar em todo território nacional (FUNABEM, 1989).

A primeira gestão foi formada por lideranças de todas regiões do Brasil, com a presença de padres, freiras e leigos engajados. O Padre Bruno Sechi foi o primeiro coordenador da Comissão Nacional. O religioso foi um dos responsáveis pelo *Primeiro Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, realizado um ano depois. Nesse evento, os principais participantes eram crianças e adolescentes que partiram dos diversos estados brasileiros para Brasília.

É fundamental registrar também que a presença de educadores sociais não religiosos se tornou cada vez mais forte no Movimento, principalmente quando as gestões seguintes passaram a não contar com a presença de religiosos. Assim, faz-se importante reconhecer a liderança da ala progressista da Igreja e a contribuição dos religiosos em relação aos problemas sociais vividos por meninos e meninas em situação de rua.

Ademais da preocupação exclusiva com o atendimento, o Movimento passava a reivindicar também políticas sociais voltadas para as crianças mais vulneráveis, das violências praticadas pelo aparato policial e a precariedade vivida em relação aos direitos fundamentais básicos: comida, saúde, moradia, segurança, trabalho para as famílias. Além de mobilizar as organizações não governamentais, o Movimento passava debater o espaço político das crianças e adolescentes na sua organização, ampliando a atuação política.

As narrativas dos padres Lancelotti e Secchi, fez-me perceber que para além do Projeto Alternativas, os religiosos já produziam a prática de trocar experiências de trabalho no cenário nacional e latino-americano. A prática de compartilhar experiências, de mobilizar, em si já representava uma forma de “movimento” de organização política dos religiosos progressistas e das pessoas leigas e até não católicas, que faziam parte do processo.

Ao produzir o seu primeiro Regimento, o Movimento trazia como os princípios norteadores fortaleciam “a prática libertadora que considere os meninos e meninas como agentes de sua própria história, promotores de uma nova sociedade justa, fraterna e participativa, em conjunto com todos os seguimentos oprimidos que hoje lutam por libertação”. Esse discurso fez-me procurar conexão com o encontro dos educadores de rua com Paulo Freire, promovido pelo Projeto Alternativas em 1984, que afirmava que o mais importante para o educador era reconhecer a criança como “sujeito de direitos”.

Padre Bruno, ficou conhecido por divulgar a *Carta dos Meninos de Belém* (1986), na qual se afirmava: “esta carta é para os menos que nós não conhecemos e nós estamos planejando o jeito de haver a oportunidade de nós se conhecer”. O jeito foi dado. O encontro aconteceu e a partir dele o Movimento percebeu uma alternativa dos meninos e meninas “descobrirem que não estavam sozinhos”, como afirmou Padre Bruno (MNMMR, 1986). Marcado pelo protagonismo de meninos e meninas, o evento se tornou o acontecimento que fez surgir outra forma de perceber as crianças e adolescentes, que fez questionar as “artes de governar” disciplinadoras e produzir outras Histórias.

## **Entre chegadas e partidas: considerações finais**

Estudar o período de redemocratização política no Brasil, iniciado no final da década de 1970, é se debruçar sobre um país em transformações, que passava a colocar no centro do debate as reivindicações por Direitos Humanos de pessoas e coletivos historicamente marcados pelas desigualdades sociais. Nesse cenário de mudanças, destacam-se as mobilizações e articulações em torno dos direitos das crianças e dos adolescentes, mais notadamente dos que viviam em condições mais vulneráveis.

Nesse processo, é pertinente destacar o lugar mobilizador do Unicef e sua parceria com instituições governamentais chefiadas por militares. Importante ressaltar que setores da Secretaria de Assistência Social e a própria Funabem, na década de 1980, já iniciavam o processo de auto avaliação e o reconhecimento que a proposta institucional da Política Nacional de Bem-Estar Social, implantada no primeiro ano do Regime Militar, já não correspondia às demandas e reivindicações produzidas pelos agentes sociais que atuavam diretamente no atendimento às crianças e aos adolescentes que vivenciavam diferentes formas de abandono.

Afirmo ainda, a partir da leitura dos documentos pesquisados, que o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua não surgiu determinadamente do Projeto Alternativas, mas da articulação das organizações não governamentais, mais notadamente de representantes da Igreja Católica progressista, que para além do questionamento da atuação dos governos militares, buscaram se afastar da filantropia caritativa.

O Movimento emerge dos questionamentos, das inquietações e como afirma Judith Butler de pessoas que passaram a se governadas pelo “medo do caos ou pela esperança radial do futuro” (Butler, 2018, p. 7). Medo do caos historicamente construído, vivido na pele de meninos e meninas nas ruas das grandes cidades brasileiras e latino-americanas. Esperança radial no futuro de um país que buscava sair das amarras da filantropia caritativa que buscava “servir para prevenir”, de um país que percebia a questão da criança em situação de rua como segurança nacional, como caso de polícia.

Na década de 1980, o Brasil e a América Latina passaram a colocar em tela a necessidade de novas políticas sociais no campo da assistência às crianças que

viviam situações de pobreza e outras formas de violência. Nesse processo, destaca-se a atuação Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI) e dos padres que negavam o “poder pastoral”, a caridade e filantropia assistencialista, trazendo para política secular a ideia de “comunidade”.

As ruas das grandes cidades, nessa época, deixavam de ser espaços onde circulavam a pobreza e desvalia e tornavam-se cenários de luta por direitos. Nelas, apareciam um novo agente, os educadores sociais que, como podemos perceber, produziram as mais diferentes vivências com os meninos e meninas. Assim, as organizações sociais e as entidades se mobilizavam para produzir seus projetos e programas comunitários para além das ações governamentais.

Estudar a curta e relevante trajetória do Projeto Alternativas é se deparar com os movimentos de chegadas e partidas. Do projeto ao movimento, percebemos diferentes potenciais mobilizadores e articuladores que impactaram na forma de pensar e conceber as crianças e os adolescentes, além das diferentes “artes de governar”. A chegada de uma nova proposta que buscava produzir alternativas possibilitou, por fim, a partida para uma nova forma de pensar novas subjetividades, novas formas de mobilizar a política e conceber os próprios meninos e meninas em situação de rua.

## Referências

AREND, Silvia Maria Fávero. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infanto-juvenil (1978 - 1989). **Revista Tempo e Argumento**, v. 7, n. 14, p. 1-12, 2015.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Editora Graal: Rio de Janeiro: 1982

BOEIRA, Daniel Alves. **CPI do Menor: infância, ditadura e políticas públicas (Brasil, 1975-1976)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História UDESC, Florianópolis, SC, 2018.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. Opção pelos pobres: a Pastoral de Favelas e a reorganização do Movimento de Favelas no Rio de Janeiro na redemocratização. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, p. 413-432, set./dez. 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: motas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. *In*: FERREIA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia 1964...** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- CLAI. Conselhos Latino-americanos de Igrejas. Consulta: Alternativas de Atendimento a meninos e meninas de rua (Informe Final). São Paulo: CLAL, 1985.
- COSTA, Alderon Pereira da; DIAS, Arlindo Pereira. Nem tudo o rio arrasta. *In*: ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Editora Hucitec, 2005. (p. 15 – 19)
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 10<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes: 1993.
- FUNABEM. **Projeto Prevenção e Redução da Violência contra Crianças e Adolescentes**. Rio de Janeiro: Funabem, [1989]
- GREGORI, Maria Filomena. **Viração: experiências de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HUNT, LYNN. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LANCELOTTI, Júlio. **O menor de rua no Brasil, a situação de São Paulo**. Conselhos Latino-americanos de Igrejas. Alternativas de Atendimento a meninos e meninas de rua (Informe Final). São Paulo: CLAL, 1985.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems**: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985). 2014. 348f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, Recife, 2014.
- MNMMR. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. **Trajetória da luta em defesa da criança e do adolescente**. São Paulo: MNMMR, 1994.
- RIZZINI, Irene. **Deserdados da Sociedade**: os “meninos de rua” da América Latina. Rio de Janeiro: Editora Santa Úrsula, 1995.
- ROSSATO, Geovanio Edervaldo. Infância abandonada e Estado Infância abandonada e Estado de Bem-Estar no Brasil: de menor marginalizado a meninos e meninas de rua marginalizado. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 30, n. 1, p. 17-24, 2008.
- UNICEF; SAS; FUNABEM. **I Seminário Latino-americano sobre Alternativas Comunitárias para Meninos de Rua Relatório**. Rio de Janeiro: Unicef, 1987.
- UNICEF; SAS; FUNABEM. **IV Seminário de Estudos sobre Alternativas de Atendimento aos meninos de rua**. Rio de Janeiro: Unicef, 1985.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda”. In: PINSKY, C. & PEDRO, Joana Maria (org). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. 63 – 83.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo - 1970/1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

*Recebido em Setembro de 2020*  
*Aprovado em Março de 2021*

**DOI: <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v13i25.11998>**